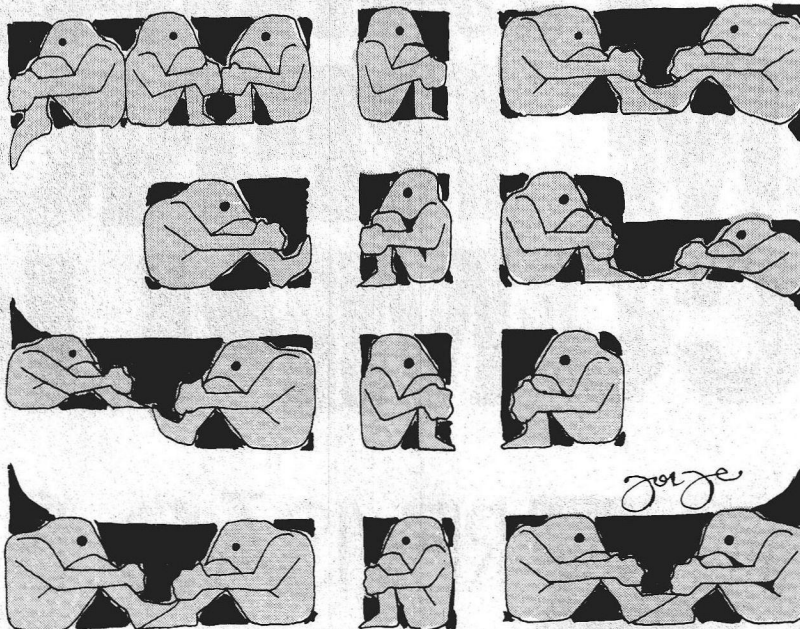


A equipe econômica parece estar comprometida com um enredo para promover a estabilidade econômica e a retomada do crescimento do País, que passa por dois estágios: no primeiro, busca-se o ajuste fiscal e financeiro do setor público; no segundo, o esforço é na direção de se eliminarem os mecanismos de indexação da economia.

Nada mais correto. As experiências passadas dos programas de estabilização que buscaram, nos efeitos da quebra da inércia inflacionária, uma sustentação para promover o ajuste não conseguiram fazer nem uma coisa nem outra. Além do mais, deixaram enormes custos a serem pagos nos anos seguintes, através dos acertos dos passivos trabalhistas e dos contenciosos jurídicos, assim como profundos abalos na credibilidade governamental.

Seria desejável que se pudessem dar um tranco na inflação e reduzir os seus níveis mensais para valores civilizados com maior rapidez. Mas isto não é possível sem que os agentes econômicos percebam claramente que os déficits potenciais de 93 e 94 estão eliminados, que houve uma reestruturação dos megapassivos internos e externos, que há novas definições para o federalismo fiscal, que o processo de privatização apresenta regras estáveis e politicamente negociadas para os setores de energia, mineração, telecomunicações e petróleo.



É PRECISO QUE A SOCIEDADE PERCEBA QUE NOSSA INFLAÇÃO É CRÔNICA E NÃO ADMITE SAÍDAS FÁCEIS

As propostas alternativas recentemente divulgadas não deveriam seduzir as nossas autoridades, pois poderiam levar o País a uma profunda crise política e econômica nestes últimos 15 meses da atual administração. Algumas destas propostas são absolutamente ingênuas do ponto de vista técnico (por exemplo, a idéia de realizar uma sequência de três congelamentos autocorretivos dos preços relativos), outras são inadequadas do ponto de vista da ordem jurídica (o alongamento compulsório da

dívida pública interna) e outras não encontram ambiente político para a sua execução (a abdicação do Executivo do poder de decisão sobre a gestão de uma nova moeda e um conselho de notáveis).

É preciso que a sociedade e, particularmente, o grupo palaciano de maior influência junto ao presidente da República percebam claramente que o nosso processo inflacionário é crônico e que não admite saídas fáceis. A construção de um novo regime fiscal e de um novo regime monetário, indis-

pensáveis para um processo de estabilização duradoura, são tarefas de engenharia política extremamente complexas que geram resultados apenas alguns meses após a sua execução, quando, se bem-sucedidas, criam o ambiente de credibilidade necessário para que o governo possa negociar soluções para a desindexação.

Se não houver convicção sobre estas verdades mais simples e continuar havendo pressões insuportáveis para que sejam adotadas medidas duras antes que o organismo esteja preparado para absorvê-las, corremos diversos riscos: o de desabastecimento interno; o de perda das reservas cambiais; o de ampliar o quadro de incertezas para investidores internos e externos; o de assistir a inúmeras situações de desobediência civil, sem contar com a avalanche de novos contenciosos jurídicos, dependendo, evidentemente do nível de heterodoxia proposto para uma nova aventura de estabilização. E o que é mais grave: estaremos brincando nos campos da hiperinflação com todas as suas mazelas econômicas e sociais. Neste caso, ficará uma vez mais evidenciado que um país tem a inflação que o seu governo merece.

O AUTOR

Paulo R. Haddad é
economista e ex-
ministro da
Fazenda e
Planejamento

